

Dívida externa atinge

US\$ 121,3 bi em 87

A dívida externa brasileira atingiu ao final do ano passado um total de US\$ 121,3 bilhões, com crescimento de 9,2% em relação a dezembro de 86, segundo estimativas do Banco Central contidas no 'Brasil Programa Econômico', divulgado ontem. Esse programa contém os principais indicadores da economia e foi levado pela missão brasileira que se encontra em Washington negociando a assinatura de um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional. O programa, entretanto, não traz nenhuma projeção para as contas brasileiras este ano, somente dados sobre o desempenho em 87, como por exemplo, um déficit de US\$ 1,8 bilhão no balanço de pagamentos.

O crescimento da dívida externa bruta foi em função da desvalorização internacional do dólar, segundo o BC. A dívida de médio e longo prazos elevou-se para US\$ 107,5 bilhões e a de curto prazo ou não registrada para US\$ 13,8 bilhões, esta última com um aumento de 48,1%. Essa elevação veio da inclusão de US\$ 3,429 bilhões dos juros da dívida de médio e longo prazos não pagos no ano passado. No total, o Brasil pagou em juros US\$ 9,319 bilhões

incluindo dívida e outros, e em amortizações do principal da dívida, US\$ 4,251 bilhões, em bônus, ao FMI, Banco Mundial e BID.

20 ABR 1988
Reservas

As reservas internacionais do País ficaram em US\$ 4,433 bilhões no final do ano no conceito de caixa e em US\$ 6,799 bilhões no conceito de balanço de pagamentos, que acrescenta importações financiadas pelo BC aos ativos com liquidez imediata. Nesse conceito, o crescimento das reservas cambiais foi de US\$ 1,015 bilhão, mas poderiam ter sido maiores se o País não tivesse pago uma parcela dos juros devidos durante a moratória aos bancos comerciais.

O programa Brasil Econômico está sendo divulgado pelo Banco Central com seis meses de atraso, diante das mudanças na economia verificadas a partir de outubro do ano passado. Segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, Silvio Rodrigues, responsável pela elaboração do relatório, ele deverá voltar a ser trimestral a partir de agora, diante do iminente acordo brasileiro com o FMI.